

EM EMBARGO ATÉ 28 DE OUTUBRO

Brasil ocupa a 78ª posição entre 143 países no Índice de Estado de Direito da WJP

- O Índice de Estado de Direito® 2025 do WJP constata que a recessão do Estado de Direito se acelera à medida que as tendências autoritárias se expandem.
- O declínio da independência judicial e a redução do espaço cívico sinalizam um risco elevado para a democracia em todo o mundo.
- A pontuação do Brasil aumentou, e o país agora ocupa o 17º lugar entre 32 países da região.

WASHINGTON (28 de outubro de 2025) – A recessão global do Estado de Direito voltou a se intensificar, segundo o novo [Índice de Estado de Direito® 2025 do WJP](#). Um impressionante 68% dos países apresentaram declínio no Estado de Direito em 2025, em comparação com 57% no ano anterior.

No entanto, o Brasil está entre a minoria de países que registraram aumento em sua pontuação neste ano.

A pontuação geral do Brasil em matéria de Estado de Direito aumentou 1,1% no Índice de 2025, colocando-o na 78ª posição entre 143 países.

Regionalmente, o Brasil ocupa a 17ª posição entre 32 países da América Latina e do Caribe.* O melhor desempenho regional é o do Uruguai (23º lugar global), seguido pela Costa Rica e Barbados. Já as pontuações mais baixas da região são Nicarágua, Haiti e Venezuela (143º lugar global).

No último ano, 24 dos 32 países da América Latina e do Caribe apresentaram queda. Desses 24 países, 19 já haviam caído também no ano anterior.

Entre os países de renda média-alta, o Brasil ocupa a 22ª posição entre 41.

O Brasil e as tendências globais

A expansão das **tendências autoritárias é a principal força por trás da recessão do Estado de Direito**, com quedas profundas nos fatores que medem as restrições aos poderes do governo, o governo aberto e os direitos fundamentais.

A integridade dos **freios e contrapesos** também foi seriamente enfraquecida, mas não no Brasil.

Uma característica dessa recessão acelerada do Estado de Direito é a redução do espaço cívico. As liberdades cruciais para o discurso público e a supervisão do governo — medidas pelos fatores **Governo Aberto e Direitos Fundamentais** — sofreram uma erosão generalizada. O Brasil está entre os mais de 70% dos países que estão passando por uma redução das liberdades cívicas:

- A “**liberdade de opinião e expressão**” diminuiu em **73%** dos países, incluindo o Brasil.
- A “**liberdade de reunião e associação**” diminuiu em **72%** dos países, incluindo o Brasil.
- A “**participação cívica**” diminuiu em **71%** dos países, incluindo o Brasil.

O Índice mostra que os poderes judiciários estão perdendo terreno diante da interferência excessiva do executivo, com o aumento da interferência política sobre os sistemas judiciais. Os indicadores que medem se o **poder judiciário limita o poder executivo** e se **a justiça civil e criminal estão livres da influência indevida do governo** diminuíram em 61%, 67% e 62% dos países, respectivamente. Isso inclui o Brasil.

De maneira mais ampla, **a justiça civil** enfraqueceu em 68% dos países, mas não no Brasil. Esse declínio reflete atrasos mais longos, alternativas menos eficazes ao tribunal (como a mediação) e maior interferência do governo.

Rankings globais

Globalmente, o país com a melhor classificação no *Índice de Estado de Direito 2025 do WJP* é a Dinamarca, seguida pela Noruega, Finlândia, Suécia e Nova Zelândia. O país com a pontuação mais baixa é a Venezuela, seguida pelo Afeganistão, Camboja, Haiti e Nicarágua.

Classificação do Brasil no Índice de Estado de Direito do WJP

Pontuação geral na classificação global: 78/143

Pontuação geral na classificação regional: 17/32

Classificação por fator:

FATOR	CLASSIFICAÇÃO GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO REGIONAL*	CLASSIFICAÇÃO DE RENDA**
Restrições aos poderes do governo	74/143	19/32	17/41
Ausência de corrupção	76/143	16/32	19/41
Governo aberto	44/143	6/32	4/41
Direitos fundamentais	81/143	23/32	26/41
Ordem e segurança	111/143	22/32	30/41
Aplicação da regulamentação	68/143	15/32	16/41
Justiça civil	77/143	17/32	21/41
Justiça Criminal	111/143	19/32	32/41

(1 é a melhor classificação no Índice de Estado de Direito da WJP)

Para ver o desempenho do Brasil em todos os 44 subfatores medidos pelo Índice, acesse: www.worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/country/2025/Brazil

Explore a classificação completa e as conclusões do Índice de Estado de Direito 2025 do World Justice Project (WJP) em: www.worldjusticeproject.org/index/.

###

Recursos adicionais:

- Gráficos (classificações regionais, classificações globais e mapas comparativos) disponíveis [aqui](#).
- Comunicados de imprensa de 143 países, organizados por região, disponíveis [aqui](#).

Sobre o Índice de Estado de Direito do WJP:

O **Índice de Estado de Direito® do World Justice Project (WJP)** é a principal fonte mundial de dados originais e independentes sobre o Estado de Direito. Sua metodologia rigorosa baseia-se em pesquisas com especialistas e famílias para medir o Estado de Direito em 143 países e jurisdições, cobrindo 95% da população mundial.

O Índice se baseia em mais de 215.000 pesquisas com famílias e 4.100 pesquisas com profissionais do direito e especialistas para medir como o Estado de Direito é vivenciado e percebido em todo o mundo.

Publicado anualmente desde 2009, o Índice é utilizado por governos, organizações multilaterais, empresas, instituições acadêmicas, mídia e organizações da sociedade civil.

Sobre o World Justice Project:

O World Justice Project (WJP) é uma organização independente, apartidária e multidisciplinar que trabalha para criar conhecimento, conscientizar e estimular ações para promover o Estado de Direito em todo o mundo.

*Países e jurisdições avaliados na região da América Latina e Caribe: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.

**Países e jurisdições de renda média-alta: Albânia, Argélia, Argentina, Bielorrússia, Belize, Bósnia e Herzegovina, Botsuana, Brasil, China, Colômbia, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Gabão, Geórgia, Granada, Guatemala, Indonésia, Irã, Jamaica, Cazaquistão, Kosovo, Malásia, Maurício, México, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Macedônia do Norte, Paraguai, Peru, Sérvia, África do Sul, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Tailândia, Turquia, Ucrânia, Venezuela.